

MEDIR O IMPACTO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS PONTOS DE REFERÊNCIA TEÓRICOS

S. SILVA e E. ARAÚJO

Universidade do Minho, Braga, Portugal
silviasilva.3942@gmail.com

Artigo submetido em fevereiro/2013 e aceito em agosto/2014

DOI: 10.15628/holos.2014.1985

RESUMO

Os modos de fazer pesquisa científica têm vindo a alterar-se, em função das mudanças pelas quais passa o Ensino Superior, assim como os sistemas de ciência e tecnologia, no seu todo. Na Europa vivem-se tempos de grandes questionamentos acerca do modo de proceder relativamente à definição de metodologias de avaliação e/ou financiamento público à investigação individual e/ou coletiva. A tendência geral, neste contexto, é para aperfeiçoar as metodologias de avaliação, através da definição de indicadores que permitam medir as várias dimensões do trabalho científico. No campo específico da avaliação, prevê-se cada vez mais a avaliação do impacto

das pesquisas. Ocorre que, apesar do número e da amplitude dos indicadores que vão sendo propostos, a definição de impacto resulta numa tarefa difícil. Não só porque a realidade medida nem toda é perfeitamente traduzível em algo tangível, mas também porque existem diferenças significativas nos modos como as diferentes áreas produzem conhecimento. Neste artigo, pretende-se refletir sobre esse conceito de impacto, nomeadamente ao nível das ciências sociais, evidenciando aquelas que são as principais conclusões e reflexões de estudos e escritos mais recentes.

PALAVRAS-CHAVE: Impacto, avaliação de C&T, financiamento.

MEASURING THE IMPACT ON SOCIAL SCIENCES THEORETICAL LANDMARKS

ABSTRACT

The ways of doing scientific research has have been shifting, due to the changes undergone by the Higher Education as well as by the systems of science and technology as a whole. Europe is experiencing times of great questions concerning how to proceed regarding the definition of assessment methodologies and / or public funding will be individual and / or collective investigation. The general trend in this context is to improve the methodologies for evaluation by defining indicators to measure the various dimensions of scientific work. In the specific field of evaluation, it is increasingly planned to

evaluate the impact of research. It happens that, despite the number and range of indicators that are being proposed, the definition of impact results in a difficult task. Not only because the reality is far from being perfectly translatable into something tangible, but also because there are significant differences in the ways have the different areas produced knowledge. In this article, we intend to reflect on the concept of impact, particularly in terms of social sciences, emphasizing the main conclusions and reflections of studies and more recent writings on this matter.

KEYWORDS: Impact, assessment of S & T funding.

1 INTRODUÇÃO

Jons (2007) distingue “culturas específicas de colaboração” na ciência, argumentando a existência de diferenças reais entre áreas científicas na forma como organizam os processos de produção e divulgação do conhecimento. Jons (2007) e vários outros autores mais recentes afirmam ser hoje muito forte, mas também contraproducente a pressão para a uniformização de critérios de avaliação entre áreas (Baumgarten, 2004), mesmo naquelas em que as matérias-primas do conhecimento, assim como os meios e os processos de validação e de disseminação, estejam mais dependentes do contexto espaço-temporal, tal como acontece com parte das ciências sociais (Santos, 1989; Nunes, 1996; Patrício, 2003; 2004; 2005; Pina-Cabral, 2007; Rodrigues, 2007; Viegas e Pina-Cabral, 2008; Machado, 2009).

Desde os clássicos até a autores mais contemporâneos, incluindo as áreas mais estritas da sociologia da ciência e da sociologia do conhecimento, tem havido contributos que assinalam a complexidade dos processos cognitivos, sociais e políticos que presidem à legitimação das áreas científicas (Weber, 1973; Bourdieu, 2004; Jasanoff, 1987; Nunes, 1996; Akera, 2007; Santos, 2007), muito em particular das ciências sociais (Smelser, 1991; Lee *et al.*, 2005).

Embora de forma diferencial entre si, a evolução das ciências sociais e as suas modalidades de apropriação, conviveram, desde sempre, com um debate sobre a tensão entre a ciência, a “neutralidade” a valores e a “imparcialidade” e a política (Weber, 1973; 1977). Uma tensão que se tem vindo a pronunciar à medida que se reforçam os mecanismos de avaliação do impacto sociopolítico das ciências sociais, assumidos como objeto de intervenção política específico, assim como à medida que as próprias ciências sociais se mediatizam e se posicionam como referencial em vários meios de comunicação social, em especial em momentos de crise. Trata-se, no entanto, de um debate em contínua reestruturação e reformulação, para o qual contribuem os fundamentos ideológicos da política (Lee *et al.*, 2005). Nas ciências sociais, como noutras, assistimos à sobreposição de modelos de avaliação centrados no desenvolvimento teórico-conceptual e de outros focados sobre a garantia da sua “aplicação” à governação e à política, sendo que o parco entendimento desta última vertente se explica pela ambiguidade que caracteriza estas áreas no que se refere à produção de indicadores de “utilidade” imediatos (Costa, 1988; Madureira Pinto, 1994; 2004; Pina-Cabral, 2007). Acresce a este facto a baixa discernibilidade política acerca da “aplicação” desta área como social, científica ou governativa (ao serviço de) (Casanova, 1998; Alatas, 2000; Alatas, 2001; Smelser, 1991).

O debate sobre o contributo e a utilidade das ciências sociais é, aliás, não só longo como omnipresente. As políticas de ciência e tecnologia em Portugal têm evidenciado mutações diversas que se prendem com tendências macro-estruturais, mudanças internas, ao nível dos sectores económicos e sociais, assim como políticos - mais relacionados com a ciclicidade própria dos governos (Gonçalves, 1996; Nunes e Gonçalves, 2001; Nunes e Matias, 2004). Neste contexto, tem sido controversa a posição oferecida e reconhecida às distintas ciências (Martins, 2014).

As políticas de ciência e tecnologia envolvem uma série vasta de dimensões, pois debruçam-se sobre realidades complexas, também elas em permanente mutação. Um dos instrumentos essenciais à intervenção em matéria de ciência e tecnologia é o conhecimento profundo da história e da situação relativa de cada área científica. As análises mais detalhadas,

decorrentes de estudos conduzidos sob a vertente epistemológica, indicam a necessidade de atender à relação que esta área manteve com os sistemas políticos e mecanismos de regulação ao longo do tempo, assim como com outras áreas científicas (Bourdieu, 2004).

Neste pressuposto, não só se contemplam as relações de interdependência entre ciência e política, como se avança no sentido de admitir a política (nacional e organizacional/institucional) como elemento compósito da epistemologia e da identidade de cada área científica (Nunes e Matias, 2004) e de cada disciplina que a compõe, tal como acontece com a Sociologia, cuja história se faz hoje em dia de transmutações diversificadas, definidas por princípios de orientação de política que redefinem constantemente as suas fronteiras identitárias, assim como a sua configuração no futuro, quer enquanto área de investigação, quer enquanto área de intervenção (Wallerstein, 1996; Gonçalves *et al.*, 2004).

Neste texto, pretende-se aprofundar o olhar sobre o conceito de “impacto”, enunciando quais são as principais problemáticas que se põem, face à tendência crescente no sentido da afinção de indicadores de produtividade que passam pela “medição” desse impacto, sobre o qual não existe, ou, dito de outro modo, não “circula” uma definição cabal, no conjunto das diversas áreas científicas, o que tanto se explica pela ausência de resposta, ou falta de vontade política em a prover. Iremos sustentar esta reflexão em trabalhos científicos realizados, sobretudo no âmbito dos estudos sociais da ciência e da sociologia da ciência e dos campos científicos.

2 O IMPACTO

Os “impactos da ciência”, o “impacto das investigações e das produções científicas”, “o impacto social e científico da investigação”, constituem algumas das expressões recorrentemente utilizadas na inscrição do debate acerca da necessidade de avaliar os efeitos do investimento em ciência, sobretudo no que respeita às dimensões económica e social.

Começemos por afirmar que tal necessidade de prova, tal como hoje se conhece, é de facto algo bastante novo na história da ciência e também da academia.

Durante décadas, afirma Bazzo *et al.*, o mundo foi dominado por uma “conceção clássica das relações entre a ciência e tecnologia com a sociedade” com génese “essencialista e triunfalista”, que pode resumir-se em uma simples equação, o chamado “modelo linear de desenvolvimento”: + ciência = + tecnologia = + riqueza = + bem-estar social” (Bazzo *et al.*, 2003: 120). Este modelo baseia-se na visão de que “se reclama a autonomia da ciência e tecnologia com respeito à não interferência social ou política” (Bazzo *et al.*, 2003: 121). Preconizava-se, portanto, que a ciência devia constituir-se em investimento público ao serviço da sociedade, mas independente e autónoma em relação aos interesses desta. Tal como afirma o mesmo autor, Bazzo *et al.* (2003), é sempre importante trazer à colação o relatório de Vannevar Bush intitulado *Science: the endless frontier*. Trata-se de um relatório redigido em completo acordo com aquele modelo linear de desenvolvimento, ao sustentar que “o bem-estar nacional depende do financiamento da ciência básica e do desenvolvimento sem interferência da tecnologia, assim como da necessidade de manter a autonomia da ciência para que o modelo funcione. O crescimento económico e o progresso social viriam por consequência” (Bazzo *et al.*, 2003: 121-122).

Mas, os anos sessenta e setenta do século XX, tal como afirma Bazzo *et al.* (2003: 123), vieram marcar uma viragem substantiva. Após décadas de um forte investimento público na

ciência surgia um novo discurso assente na necessidade racionar os recursos disponíveis e direcioná-los para a produção de valor económico e social. A partir de Bazzo podem identificar-se alguns fatores na explicação do crescente interesse pela determinação de impactos da ciência:

- I. Descrença no modelo linear da ciência;
- II. Necessidade de avaliar a qualidade e importância das atividades científicas;
- III. Necessidade de racionar recursos e despesas. Nesta altura, dá-se início a políticas científicas de carácter intervencionista, através da regulação dos sistemas científicos e tecnológicos.

Tal como afirma Bazzo *et al.* (2003: 123):

A velha política do *laissez-faire* proposta para a ciência começa a se transformar em uma nova política mais intervencionista, onde os poderes públicos desenvolvem e aplicam uma série de instrumentos técnicos, administrativos e legislativos para encaminhar o desenvolvimento científico e tecnológico e supervisionar seus efeitos sobre a natureza e a sociedade. (Bazzo *et al.*, 2003: 123).

No quadro de um mundo globalizado e caracterizado pela competitividade dos mercados ao nível internacional em que o conhecimento se elege como a matéria-prima vital para o desenvolvimento e crescimento económico das sociedades, amplifica-se a necessidade por parte dos sistemas de educação e investigação de se posicionarem e reforçar a sua legitimidade social.

Neste sentido, estes são levados a desenvolver métodos da avaliação e, assim, determinar impactos. É neste panorama que surge a cienciometria - uma “ciência” de eleição para o estudo da ciência.

Callon *et al.* (1995) explica que o termo cienciometria é utilizado para designar um conjunto de trabalhos iniciados por volta dos anos 60 e 70 do século passado que consagram a análise quantitativa da investigação científica e técnica (Callon *et al.*, 1995: 9). À cienciometria seria atribuído o papel de estudar tanto os recursos e os resultados, como as formas de organização e produção de conhecimentos e tecnologias (Callon *et al.*, 1995: 9). No entanto, por tradição, a cienciometria tem-se ocupado quase exclusivamente da análise das produções científicas, sobretudo publicações, tal como refere o autor.

O mesmo autor (Callon *et al.*, 1995) explica que a cienciometria ganha proporções maiores com os contributos de Derek de Solla Price. Este autor, ao analisar a ciência, confessa basear-se nos princípios de termodinâmica, tratando-a com se fosse um gás, do qual estuda sucessivamente o volume global (número de investigadores e a sua produção) a distribuição das moléculas que o compõem (os cientistas) em função da sua velocidade (fecundidade ou produtividade) e os modelos de interação das moléculas (formas de organização) (Price, *apud* Callon *et al.*, 1993: 10).

A definição do impacto conta, nesse sentido, com uma bateria de indicadores relacionados com as produções que inclui a comparação do tempo 1 com o tempo 0 e o estudo do comportamento desses indicadores no tempo. Mais recentemente, motivado pelo aumento exponencial de hipóteses de publicação que vem desvalorizar o indicador, o número de publicações deu lugar ao número de citações e à evolução destas no tempo. Parte-se do pressuposto que estes dois indicadores demonstram a “utilidade” das produções e, portanto, do

trabalho realizado. É certo que constituem metodologias cada vez mais seguidas e implementadas. Além disso, são metodologias cada vez mais “naturalizadas” nos contextos acadêmicos e científicos, mas, sobretudo, nos contextos políticos (Albornoz *et al.*, 2005; Pallone, 2011). Mas, frise-se as várias críticas que lhe são endereçadas, a começar pelo facto de se tratar de uma metodologia que privilegia a avaliação quantitativa, em desfavor do valor político e social das produções (Siampi, 2009-2010: 3) - ainda que o número seja assumido nos discursos que sustentam a aplicação desta metodologia como indicador desse “valor político e social”.

Todo este quadro de análise mostra como a “medição do impacto” se ajusta continuamente a um discurso de poder sobre a ciência que é, em simultâneo, um discurso de seleção e, portanto, de integração de uns e exclusão de outros. Analisados em detalhe, alguns indicadores são, no mínimo inexequíveis. Outros, são paradoxos explícitos nos termos, como por exemplo, o valor atribuído às citações no tempo imediato à publicação, ou relação que se estabelece diretamente entre citação e contributo social. Nightingale e Scott, da Universidade de Sussex, afirmam que a pesquisa que atinge citações em grande número e que favorece também publicações em grande número pode ser boa para a disciplina académica, mas pode não o ser para a sociedade (*apud* Bornman, 2012: 673)

Knaw (2005) afirma que os indicadores bibliométricos podem ser definidos como padrões de comunicação na ciência, destacando, porém, que o reflexo desses indicadores não é sinónimo de qualidade (Knaw, 2005: 18), pois tais padrões de comunicação são distintos, moldam-se tendo em conta as características da área ou disciplina, nomeadamente no que respeita às “culturas de citação”. Comparar áreas resulta no mesmo que comparar, segundo Knaw, laranjas e maçãs, pois, por exemplo, em certas áreas as citações fazem-se mais a partir de artigos de revisão, do que de artigos de pesquisa (Knaw, 2005: 18).

A consciência destas diferenças parece ser a dificuldade que mais se impõe na relação entre cientistas e na relação destes com os poderes públicos. O Relatório produzido pela *Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences*, intitulado “Judging research on its merits” (Knaw, 2005:18), afirma claramente que as ciências sociais e humanidades estão limitadas pelos sistemas políticos e económicos e contextos culturais e que, por isso, a adopção de uma metodologia única não é penas inapropriada, como desperdiça recursos de avaliação.

Parece ser evidente a existência de um conjunto de limitações concretas na atual forma de avaliação da ciência. O mesmo relatório (Knaw, 2005:18) enuncia quatro principais dificuldades que se impõe à utilização dos mesmos critérios às ciências sociais e humanas.

Em primeiro lugar, adianta que as ciências sociais e humanas não produzem um produto tangível, na maioria das vezes. Não porque não querem, mas porque não devem, atendendo à sua natureza e missão, isto é, estando orientadas para a melhoria de processos, de relacionamentos, de comportamentos, de saberes (Knaw, 2005:19).

Em segundo lugar, as ciências sociais têm mais propensão para abordar temáticas locais e não globais (Knaw, 2005: 19), não propriamente comunicáveis através do inglês. Esta dificuldade remete-nos a algumas considerações importantes pois trata-se da língua que mais privilégios tem no que respeita ao acesso a uma panóplia basta de hipóteses de publicação. Normalmente, a publicação no contexto das revistas de factor de impacto implica o domínio perfeito do Inglês, ou, então, capacidade financeira para a tradução, o que não é compatível para a maioria dos não falantes de Inglês, com o estatuto precário em que se encontram a maioria dos investigadores.

Além disso, é uma capacidade que não se traduz ou se desenvolve unicamente com a abertura de concursos competitivos de apoio à tradução. A este respeito, além dos processos selectivos existentes no campo científico e académico, junte-se à análise o contexto de desigualdade internacional em que se movem as diferentes nacionalidades de ciência.

Em terceiro lugar, frisa que nas ciências sociais existem também diferentes tradições de publicações e valorizações diferenciadas de cada publicação, designadamente porque nas ciências sociais e humanas a comunicação entre pares se dá mais à base de livros e de capítulos de livros do que na base de artigos (Klaw, 2005: 19).

Em quarto lugar, o relatório refere-se ao facto de nas ciências sociais o processo de investigação, de produção e, sobretudo, de interiorização ser bem mais longo do que nas outras áreas disciplinares, o que tem efeito, tal como já mencionamos, sobre as ondas de citação das publicações.

Do exposto, podemos concluir que a avaliação das atividades de investigação na maioria dos campos das ciências humanas e das ciências sociais está limitada quando baseada em indicadores bibliométricos estandardizados (Klaw, 2005: 20).

Destaque-se, neste contexto, um manual produzido pela *London School of Economics* intitulado "Maximizing the impacts of your research: a handbook for social scientists" (LSE, 2011: 5) e no qual se define o impacto em ciências sociais, primeiro pelo numero de citações em revistas científicas e comunidade académica e científica, em geral e, segundo, pelo número de referências na área de governo, indústria e media. Sublinhando a dificuldade em medir impactos, os autores sustentam que o impacto de uma investigação não está necessariamente relacionado com a emergência de algo positivo para sociedade, isto é, não tem de ser percebido como algo que beneficia a sociedade.

Apesar dos esforços, trata-se de um manual que, em grande parte, repete as tendências de política e sugere haver condições para verificar os efeitos de uma investigação científica no imediato, o que revela grande fragilidade no entendimento das ciências sociais, nomeadamente no que concerne à lentidão da mudança/contributo do que saia de uma investigação, assim como à não necessária ligação entre o presente das instituições e a pesquisa científica. Uma das interrogações que surge várias vezes em contexto de discussão sobre esta temática refere-se, justamente, à realidade histórica de muitos trabalhos altamente citados no presente, não o terem sido na época em que foram lançados, por várias razões.

Burdge e Vanclay (1995: 59) entendem o impacto numa perspetiva alargada, considerando que inclui todas as consequências sociais e culturais provocadas nas populações e que alteram os modos de vida destas. Os autores referem-se a impactos sociais (alterações nos modos como as pessoas vivem, trabalham, se relacionam e organizam) e aos impactos culturais, incluindo mudanças nas normas, valores e crenças (Burdge e Vanclay, 1995: 59) e falam sobretudo dos projetos relacionados com a realização de diagnóstico e intervenção.

Outros autores já citados (Siampi, 2009-2010: 9) referem-se à capacidade de medir elementos da vida social relacionados com a melhoria da qualidade de vida, incluindo as relações entre os indivíduos e as organizações. O autor dá o exemplo da introdução de instrumentos, protocolos e outros processos nas organizações. A análise do impacto, nesta perspectiva, privilegiando uso de indicadores, prevê, no entanto, que se defina uma metodologia através da

qual seja possível acompanhar qualquer processo desde o seu início. Siampi (2009-2010) produz, aliás, metodologias adaptadas à avaliação de projectos.

A crescente atenção dada às implicações da internacionalização no campo académico e da investigação, desemboca numa diversidade de vocabulários com algumas nuances de significado. O uso impreciso de terminologia associada a esta problemática ilustra bem a dificuldade de conceptualização que investigadores da área enfrentam.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto teve como objetivo clarificar alguns detalhes importantes na conceptualização do impacto nas ciências sociais, especialmente na investigação.

Apesar da panóplia de estudos que se mencionaram ao longo do texto, ressalta a ausência de pesquisas e reflexões mais aprofundadas sobre os diversos vértices implicados na conceitualização e na mediação do impacto nas ciências sociais.

No contexto dos estudos que se apresentaram, é possível destacar a confusão ainda existente entre impacto e resultado de da investigação científica (melhor será aplicar os termos em inglês de *output* e *outcome*). Tal como faz notar Siampi (2009-2010: 9), esta distinção é fundamental para a área das ciências sociais porque o impacto sugere mudanças e alterações relativamente a um fenómeno que acontecem ao longo de um certo tempo, enquanto os resultados se podem evidenciar de forma quantitativa.

Os processos de avaliação de desempenho docente, assim como os critérios tidos em conta na avaliação curricular, estão a implicar cada vez mais o uso de um conjunto de indicadores vasto, baseado em assumpções tão diversas como a importância da presença mediática do investigador, a sua participação em ações de debate público e político, assim como a sua participação em projectos locais e comunitários, a par do seu envolvimento em investigação de alto nível e publicação em revistas de “alto impacto”.

Toda esta realidade que parece ir em direções diversas, o grande desafio passa por criar um conjunto de indicadores que tenha em conta as especificidades das ciências, nomeadamente no que concerne aos processos de comunicação, organização cultural e valorização de indicadores e que permitam alcançar níveis de objetividade e viabilidade, possibilitando a construção de metodologias consolidadas.

Por isso, não se trata de uma tarefa fácil, tal como algumas tentativas o tem evidenciado, sobretudo no contexto dos países que ainda se mantêm bastante à margem dos processos de industrialização da ciência e da comercialização da avaliação e dos métodos e programas de avaliação da ciência e da investigação que caracterizam países mais centrais, em relação aos quais os primeiros passam a ser clientes, e com um grau elevado de conformismo.

4 REFERÊNCIAS

1. AKERA, Atsushi. Constructing a Representation for an Ecology of Knowledge: Methodological Advances in the Integration of Knowledge and its Various Contexts. **Social Studies of Science**, v. 37, p. 413-441, 2007.

2. ALATAS, Syed Farid. Academic Dependency in the Social Sciences: Reflections on India and Malaysia. **American Studies International**, v. 38, n. 2, p. 80-96, 2000.
3. ALATAS, Syed Hussein. The Study of the Social Sciences in Developing Societies: Towards an Adequate Conceptualization of Relevance". **Current Sociology**, v. 49, n.2, p. 1-19, 2001.
4. BAUMGARTEN, Maíra. Avaliação e Gestão de Ciência e Tecnologia: Estado e coletividade científica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, CES/UC, Coimbra, n. 70, p. 33-56, 2004.
5. ALBORNOZ, Mario; ESTABANEZ, Maria Elina; ALFARAZ, Claudio. Alcances y limitaciones de la noción de Impacto Social de la Ciencia y la Tecnología. **Revista Iberoamericana CTS**, v. 2, n.4, p. 73-95, 2005.
6. BAZZO, Walter Antonio; VON LINSINGEN, Irlan; PEREIRA, Luís Teixeira do Vale (Eds.). **Introdução aos estudos CTS** (Ciência, Tecnologia e Sociedade). Madrid: OEI, 2003.
7. BORNMANN, Lutz. **Measuring the societal impact of research**. EMBO reports, v.13, n.8, p. 673-676, 2012.
8. BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.
9. BURDGE, Rabel; VANCLAY, Frank. Social Impact Assessment. In Vanclay F. and Bronstein D. (Eds.). **Environmental and Social Impact Assessment**. United Kingdom, Wiley, p. 31-65, 1995.
10. CALLON, Michel; COURTIAL, Jean-Pierre; PENAN, Hervé. **Cienciometría: la medición de la actividad científica** - de la bibliometría a la vigilancia tecnológica. Gijón : Trea, 1995.
11. CASANOVA, Pablo González. Universal Democracy and the Social Sciences. **Current Sociology**, v.46, n.2, p. 29-38, 1998.
12. COSTA, António Firmino da. Cultura profissional dos sociólogos. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, CIES, n.5, p. 107-124, 1988.
13. GONÇALVES, Maria Eduarda. Mitos e realidades da política de ciência em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.46, p. 47-67, 1996.
14. GONÇALVES, Carlos Manuel; RODRIGUES, Eduardo; AZEVEDO, Natália (coords.) **Sociologia no ensino superior: conteúdos, práticas pedagógicas e investigação**. Porto, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
15. JASANOFF, Sheila. Contested Boundaries in Policy-Relevant Science. **Social Studies of Science**. London, Sage, v.17, n.2, p. 195-230, 1987.
16. JONS, Heike. Transnational Mobility and the Spaces of Knowledge Production: A Comparison of Global Patterns, Motivations and Collaborations in Different Academic Fields. **Social Geography**, v.2, p. 97-114, 2007.
17. KNAW. **Judging research on its merits**. An advisory report by the Council for the Humanities and the Social Sciences Council. Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, Amsterdam, 2005.
18. LEE, Richard; MARTIN, William; SONNTAG, Heinz; TAYLOR, Peter; WALLERSTEIN, Immanuel; WIEVIORKA, Michel. **Social Science and Social Policy: From National Dilemmas to Global Opportunities**. Reference Paper for the UNESCO International Forum on the Social Science - Policy Nexus, Buenos Aires, Argentina/Montevideo, Uruguay, 2005.

19. LSE. **Maximizing the impacts of your research: a handbook for social scientists**. LSE Public Policy Group, 2011.
20. MACHADO, Fernando Luís. Meio século de investigação sociológica em Portugal: uma interpretação empiricamente ilustrada. **Sociologia**, v.19, p. 283-343, 2009.
21. MARTINS, Moisés de Lemos. **A FCT e a política de extermínio das Ciências Sociais e Humanas**. Jornal Público, 2014.
22. NUNES, Adérito Sedas. **Questões preliminares sobre as Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
23. NUNES, João Arriscado; GONÇALVES, Maria Eduarda (Orgs.). **Enteados de Galileu? A semiperiferia no sistema mundial da ciência**. Porto: Afrontamento, 2001.
24. NUNES, João Arriscado; MATIAS, Marisa. **Science, Technology and Governance in Portugal**. Relatório STAGE, Coimbra, CES, 2004.
25. PALLONE, Simone. Avaliação de impactos de políticas públicas gera debate no exterior e no Brasil. **Ciência e Cultura**, v.63, n.1, p. 16-18, 2011.
26. PATRÍCIO, Maria Teresa. The social sciences within the European research context in Portugal: strategic options in a European context. In Monteiro, Fátima *et al.*. **Portugal: Strategic Options in European Context**. Massachusetts: Lexington Books, 2003.
27. PATRÍCIO, Maria Teresa. **Towards an International Strategy for the Social Sciences and Humanities**. Research Council with European Research Organizations (Final Report), SSHRC, Canada, p. 1- 40, 2004.
28. PATRÍCIO, Maria Teresa. **Social Sciences and Humanities in Europe: New Challenges, New Opportunities** - The influence of the Framework Programmes in Social Sciences and Humanities in Portugal. Conference on Social sciences and humanities in Europe: New challenges, new opportunities, European Commission, Brussels, 2005.
29. PINA CABRAL, João de. Língua e hegemonia nas ciências sociais. **Análise Social**, Lisboa , v.42, n.182, p. 233-237 , 2007.
30. PINTO, José Madureira. **Proposta para o ensino das ciências sociais**. Porto: Afrontamento, 1994.
31. PINTO, José Madureira. Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.46, p. 11-31, 2004.
32. RODRIGUES, Maria João (coord.). **EU Research on Social Sciences and Humanities. Social Sciences in the European Research Area** - For the Development of the Research Agenda. SSHERA Specific Support Action, Final Report, European Commission, Brussels, 2007.
33. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. Porto: Afrontamento, 1989.
34. SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estud. - CEBRAP** [online], n.79, p. 71-94, ISSN 0101-3300, 2007.
35. SIAMPI. **Siampi Final Report** - Social Impact Assessment Methods for research and funding instruments through the study of Productive Interactions between science and society. 2009-2010.

36. SMELSER, Neil. The Social Sciences in a Changing World Society. **American Behavioral Scientist**, v.34, n.5, p. 518-529, 1991.
37. VIEGAS, Susana de Matos; PINA-CABRAL, João de. **Carta aberta ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior Prof. Doutor José Mariano Gago**. Associação Portuguesa de Antropologia, Lisboa, 2008.
38. WALLERSTEIN, Immanuel. **Eurocentrism and its Avatars: The Dilemmas of Social Science**. Keynote Address at ISA East Asian Regional Colloquium, "The Future of Sociology in East Asia," Seoul, Korea, co-sponsored by Korean Sociological Association and International Sociological Association, 1996.
39. WEBER, Max. **O Político e o Cientista**. Lisboa: Presença, 1973.
40. WEBER, Max. **Sobre a Teoria das Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1977.